

REDE POWER HOLDING DE ENERGIA S.A. (nova denominação da Rede Power do Brasil S.A.) - CNPJ/MF nº 00.412.685/0001-83

As diferenças temporárias são como seguem:

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Passivo				
Designação sobre o investimento	84.396	28.695	84.396	28.695
Total - Passivo não circulante	84.396	28.695	84.396	28.695

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Lucro antes dos impostos	48.851	52.003	48.851	52.003
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Saldo Inicial - 2017 e 2016	52	52	52	52
Saldo final - 2018 e 2017	4.159	4.157	4.159	4.157

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Lucro líquido do exercício	48.851	45.007	48.851	45.007
Reserva Legal	2.403	2.250	2.403	2.250

18.5 - Outros resultados abrangentes: Refere-se à contabilização reflexa do plano de benefício a empregados líquido de impostos. Os referidos dados estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Segur. monetarização nos exercícios de 2018 e 2017	27	27	27	27
Saldo Inicial - 2017 e 2016	6723	150	6723	150
Saldo final - 2018 e 2017	6850	22	6850	22

11. DESPESAS OPERACIONAIS
DESPESAS OPERACIONAIS - GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
NATUREZA DO GASTO				
Services de terceiros	59	65	59	65
Outras	4	27	4	27
Total	63	92	63	92

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Resultado básico por ação	1.510	516	1.510	516
Receita de aplicações financeiras	33	54	33	54
Imposto sobre operações financeiras - IOF	2.144	4.687	2.144	4.687
Outras despesas financeiras	(171)	(1.445)	(171)	(1.445)
Dividendos investimentos avaliados a custo	1.950	4.958	1.950	4.958
Cessão de ações/investimentos avaliados a custo	24.291	24.291	24.291	24.291
Outras receitas financeiras	1	1.563	1	1.563
Total receita financeira	5.466	34.598	5.466	34.598

13. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO
Cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	2018		2017	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Resultado básico por ação	1.510	516	1.510	516
Resultado líquido do exercício	48.851	45.007	48.851	45.007
Lucro líquido do exercício	48.851	45.007	48.851	45.007
Denominador	30.899	30.899	30.899	30.899
Media ponderada de número de ações	30.899	30.899	30.899	30.899
Resultado líquido por ação (R\$)	1.582	1.457	1.582	1.457

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2018		2017	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	663	663	2.283	2.283
Cédulos com partes relacionadas			83.111	83.111
Derivativos: As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado e esteticamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado. Administração financeira de risco: A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro (revisada anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energia) e nos regulamentos internos da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática regular mensalmente a performance operacional e os fatores de risco que envolvem a Companhia. A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e sua impacto nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. Gerenciamento dos riscos de crédito: É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.				

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por transações de caixa relevantes.

DIRETORIA	
Maurício Perez Bobbio - Diretor Presidente	
Cláudio Brandão Siqueira - Diretor Vice-Presidente	
Vicente Cortés de Carvalho - CRC/MG 042.523/O-7	

PETROBRAS

Estatual muda política de reajuste do diesel em meio a rumor de greve

Modelo é avaliado de forma positiva por transportadores

MARA BIANCHETTI

As mudanças na política de preços do diesel por parte da Petrobras, que passará a reajustar o combustível nas refinarias com intervalos mínimos de 15 dias, atendem a antigo pleito do setor de transportes de cargas do País. Desde o início do ano, quando teve fim o programa de subsídios lançado pelo governo após a greve dos caminhoneiros, a petroleira vinha reajustando o combustível em intervalos menores. Somente em março, foram anunciados seis reajustes no preço do combustível, sendo quatro aumentos e duas reduções. No ano, o preço médio do diesel nas refinarias acumula alta de 18,48% e, neste mês, o preço atingiu o maior nível desde setembro de 2018, em meio a reajustes da companhia que acompanham a alta do petróleo e o câmbio. No ano passado, altos preços do diesel levaram

a uma greve histórica de caminhoneiros que praticamente paralisou o Brasil e obrigou o governo a negociar um subsídio ao combustível. Coincidência ou não, na última semana, começaram a circular pelas redes sociais, mensagens de que a classe estaria se organizando para um novo movimento. O presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Bens do Estado de Minas Gerais (Fetac-MG), Antônio Reis, não confirmou a informação. Mas disse que as negociações acerca do preço do diesel ocorrem há tempos e a nova política da Petrobras chega num bom momento. "Acreditamos que o novo governo esteja avaliando uma por uma das reivindicações. Uma delas, com certeza, dizia respeito aos preços dos combustíveis, pois a greve passada trouxe muitos prejuízos a toda

nação - embora tenha sido necessária e resultante em boas conquistas para o setor. A grande oscilação e patamares elevados dos preços acabam inviabilizando o transporte de cargas no País", argumentou. Da mesma maneira, o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais (Setcem), Gladstone Lobato, lembrou que representantes do setor estiveram com integrantes da petrolífera e do governo pelo menos três vezes nos últimos meses. Em todas as ocasiões, o preço do diesel esteve na pauta. "Nossa intenção era que a política de reajuste fosse mais espaçada. Do jeito que vinha sendo feita, mal reajustavam os preços nas bombas já anunciavam nova elevação nas refinarias", comentou. Para Lobato, as mudanças anunciadas ontem (26) pela estatal indicam o início de



Transportadores apontam que mudanças no modelo de reajuste era um dos pleitos do setor

um diálogo com o setor. "Já é um pouco do que pedimos", completou. No mesmo dia em que anunciou a mudança na política de preços, a Petrobras informou também que sua subsidiária Petrobras Distribuidora S.A. (BR) está desenvolvendo para implantação num período de 90 dias cartão de pagamentos que viabilizará a compra por caminhoneiros de litros de diesel a preço fixo nos postos com a bandeira BR. Segundo a companhia, o cartão servirá como uma opção de proteção da volatilidade de preços, garantindo assim a estabilidade durante a

realização de viagens. Aumentos - No decorrer deste mês, a Petrobras anunciou altas consecutivas não somente para o diesel, mas para os demais combustíveis em todo o País. Os aumentos de preços praticados pelas distribuidoras foram acompanhados pelos postos de combustíveis de Minas Gerais. De acordo com o Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC) realizados semanalmente pela Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP), de fevereiro para março, a

gasolina sofreu aumento de 3,32% nas distribuidoras, passando de R\$ 4,096 para R\$ 4,232 o litro. Nos postos de combustíveis, no mesmo período, o aumento foi de 2,32%. O preço do litro da gasolina saiu de R\$ 4,509 para R\$ 4,614. A ANP consultou 1763 estabelecimentos. No caso do etanol, a variação nas refinarias foi de 7,85% entre fevereiro e março. O litro passou de R\$ 2,558 para R\$ 2,759. Nos postos, o aumento foi de 6,31% entre os dois meses, uma vez que o preço do litro do combustível saiu de R\$ 2,929 para R\$ 3,114.

Companhia multa boliviana YPFB por entrega de gás

Rio - A Petrobras multou a estatal boliviana YPFB neste ano após a companhia não ter entregue volumes de gás garantidos em contrato por meio do gasoduto Bolívia-Brasil ao longo de 2018, disse o gerente-executivo de Gás e Energia da petroleira brasileira, Marcelo Cruz. A YPFB não estaria conseguindo entregar os volumes demandados pela petroleira devido a uma redução de investimentos exploratórios ao longo dos últimos anos, que teria culminado com queda em produção, segundo pontuou o executivo. A necessidade de suprimento interno no país vizinho também foi citada. No ano passado, a Petrobras demandou uma média de 26 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), enquanto a YPFB entregou 22,6 milhões de m³/dia, segundo informações da estatal brasileira. Por contrato, a boliviana deveria fornecer até 31,5 milhões de m³/dia, dependendo de pedidos da brasileira. "Ao longo dos 12 meses de 2018, em nove meses a

Bolívia entregou para o Brasil menos que o programado pela Petrobras, mostrando que existe uma situação estrutural de não condição de honrar o compromisso anteriormente estabelecido", afirmou Cruz, por telefone. Segundo ele, o problema voltou a ocorrer em fevereiro. Devido às dificuldades da Bolívia, Cruz afirmou que as empresas estão negociando uma possível revisão do volume de gás contratado. O executivo não revelou o valor das penalidades, por ser sigiloso, mas confirmou que foram montantes "relevantes", pagos na semana passada, e que têm como objetivo reparar possíveis prejuízos para a Petrobras, que acaba tendo que compensar os volumes de gás com a importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), de outros origens. "No momento em que ele não entrega o gás, eu acabo tendo que ir a mercado e comprar GNL. Na média, o GNL é mais caro que o gás boliviano", afirmou Cruz. "O espírito da multa é esse:

compensar os prejuízos que eventualmente possam haver." O executivo disse que a Petrobras foi levada a importar em GNL a diferença entre o volume demandado pela empresa e o não entregue pela Bolívia. O motivo das penalidades terem ocorrido neste ano é porque o valor a ser cobrado é fechado apenas em janeiro do ano seguinte, segundo o executivo. A oferta abaixo do demandado pela Petrobras havia ocorrido anteriormente em 2010 e 2011, mas nada comparado ao ano passado, segundo o executivo. Naqueles anos, também foram recolhidas multas, porém menores. "O que deixou a Petrobras um pouco mais alarmada foi que o volume da falha foi maior", ressaltou Cruz. Em outras oportunidades, quando o Brasil estava em meio a uma recessão, o país chegou a demandar cerca de metade do volume histórico de cerca de 30 milhões de m³/dia, segundo informações do governo

boliviano, que chegou até a manifestar a intenção de vender o produto não demandado pelos brasileiros para outros países. A cobrança da penalidade pela Petrobras foi noticiada

primeiro no site Canal Energia. A notícia ocorre em um momento em que a petroleira brasileira tem como presidente Roberto Castello Branco, escolhido com

apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ambos estudaram na Universidade de Chicago, considerada uma instituição de linha liberal. (Reuters)

Contrato é renegociado há um ano

Rio - O pedido da boliviana, YPFB e Petrobras estão renegociando o contrato do Gasbol há cerca de um ano, segundo Cruz, em busca de uma possível redução do volume contratado. No entanto, não há previsões para um acordo. "Não é simples encontrar uma equação que atenda necessidade da YPFB de mitigar risco de multa e que seja também equilibrada para Petrobras", disse o executivo, ao evitar dar detalhes estratégicos sobre as negociações entre as empresas. "A Petrobras precisa desse gás para honrar os compromissos que ela tem junto ao mercado de gás brasileiro. A gente tem condição de

prescindir de parte desse gás pelo fato de ter capacidade instalada nos terminais de liquefação, e a questão toda é que a gente só precisa de ter contrapartida para que o acordo seja equilibrado." A negociação ocorre diante da proximidade do vencimento do atual contrato de serviço de transporte firme de gás natural do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), assinado em 1999, entre Petrobras e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB), marcado para 31 de dezembro de 2019. Cruz explicou que o contrato prevê uma renovação automática caso os volumes contratados não tenham sido totalmente consumidos, o que está previsto

para ocorrer. "A gente já sabe que vai chegar dezembro deste ano e ainda vai ter um volume considerável que vai fazer com que o contrato se estenda, nas mesmas condições atuais, por mais um período", afirmou. Caso ambas as empresas não cheguem a um acordo para reduzir a demanda, devido a redução da oferta pela Bolívia, a quantidade diária contratada permanecerá de 31,5 milhões de m³/dia. "A expectativa que a gente tem é que ele (o contrato) dure pelo menos de dois a quatro anos, a depender da demanda e da capacidade de entrega da Bolívia", afirmou. (Reuters)